

Medidas podem levar à ampliação de crise no setor elétrico

GLEY SCHOLZ

O agravamento da crise do setor elétrico e a necessidade de importar aço em grandes volumes podem ser as consequências mais graves da decisão do presidente José Sarney de só permitir investimentos das empresas estatais com recursos gerados por suas próprias receitas, ou recursos já

identificados e efetivamente disponíveis. Uma alternativa para amenizar o impacto da medida é o aumento das tarifas e o reexame do plano de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com a destinação de parcelas mais generosas para estes segmentos estratégicos da economia.

O caso do setor elétrico é o mais grave: de acordo com o Plano de Recuperação Setorial (PRS), feito no início do governo, são necessários investimentos de US\$ 26 bilhões até 1990 para se evitar um racionamento estrutural, ou seja, a insuficiência absoluta de energia para atender às necessidades do crescimento do País. Para este ano seriam necessários US\$ 4,5 bilhões, um volume de recursos que o setor certamente não pode gerar por conta própria, ainda mais porque o último reajuste (de 30% para a classe residencial e 10% para a industrial em novembro) já foi anulado pela inflação de dezembro e janeiro.

O Banco Mundial já assegurou que a moratória não impedirá a liberação de US\$ 1,7 bilhão previsto para este ano, mas da parte do governo não há garantias de que a complementação deva sair. Para um setor que já tem hoje um atraso médio de 30 meses em todas as suas obras, essa perspectiva é preocupante. Isso porque qualquer atraso encarece ainda mais os custos dos investimentos: o prejuízo do País com cada dia de atraso na



construção das usinas nucleares Angra II e Angra III, por exemplo, é de mais de US\$ 1 milhão.

O sistema Siderbrás está em situação tão ou mais grave do que a das empresas concessionárias da Eletrobrás. A dívida da Siderbrás, no dia 31 de dezembro passado, era de exatamente US\$ 17,2 bilhões. Este débitoteve origem,

basicamente, na política de se buscar recursos no Exterior atendendo mais a objetivos cambiais do que aos interesses específicos da siderurgia nacional. Desta forma, apesar de a Siderbrás ter produzido o suficiente para elevar o Brasil à posição de 6º maior produtor de aço do mundo — 13,8 milhões de toneladas, permitindo o faturamento de US\$ 935 milhões com as exportações —, o sistema caiu numa situação de inviabilidade econômico-financeira, com geração de caixa insuficiente para fazer frente ao serviço da sua estrondosa dívida.

Enquanto o governo e a Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) não esclarecerem de que forma se dará, na prática, a implementação do aperto nos cintos anunciado pelo presidente José Sarney, para entre empresários do setor industrial a preocupação com o futuro do plano de saneamento da Siderbrás anunciado no ano passado, que previa Cz\$ 127,9 bilhões de capitalização e transferência de dívidas, aportes de recursos do Tesouro no total de Cz\$ 23,8 bilhões.

Permanece também a dúvida com relação ao plano de investimentos global das empresas estatais, que antes do anúncio da moratória era de Cz\$ 150 bilhões este ano, um valor ligeiramente superior aos Cz\$ 130 bilhões investidos em 86. Nessa conta estão incluídos os Cz\$ 60 bilhões de contribuição do FND, dos quais Cz\$ 30 bilhões irão para a Eletrobrás e o mesmo valor para a Siderbrás.